

O que pensam as mães de estudantes beneficiários do Programa Bolsa Família? A escolarização em perspectiva

What do the mothers of beneficiaries students of the Bolsa Família Program think? Schooling in perspective

Fabiano Quadros Rückert
Bárbara Amaral Martins
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS
Corumbá-Brasil

Resumo

O artigo se insere no conjunto de estudos que analisam as percepções sociais produzidas a respeito da transferência de renda condicionada promovida no Brasil por meio do Programa Bolsa Família (PBF) e objetiva analisar as concepções de mães beneficiárias sobre o PBF e a trajetória escolar de seus filhos. O foco incide nas percepções de 17 mães de estudantes beneficiários que, em 2019, cursavam o primeiro ano do Ensino Médio na cidade de Corumbá, no Estado de Mato Grosso do Sul. Os dados analisados procedem de entrevistas originalmente gravadas em áudio e, posteriormente, transcritas integralmente para a realização de análise temática. As entrevistas oferecem elementos para uma reflexão sobre o papel das mulheres na economia doméstica e ressaltam o envolvimento das mães no processo de escolarização dos estudantes beneficiários do Programa Bolsa Família.

Palavras-chave: Mães; Programa Bolsa Família; Escolarização.

Abstract

The article is part of the set of studies that analyze the social perceptions produced about the conditional cash transfer promoted in Brazil through the Bolsa Família Program (PBF) and aims to analyze the conceptions of beneficiary mothers about the PBF and the educational trajectory of their children. The focus is on the perceptions of 17 mothers of beneficiary students who, in 2019, were attending the first year of High School in the city of Corumbá, in the state of Mato Grosso do Sul. The data analyzed come from interviews originally recorded in audio and later transcribed in full for the thematic analysis. The interviews offer elements for a reflection on the role of women in the domestic economy and highlight the involvement of mothers in the schooling process of students benefiting from the Bolsa Família Program.

Keywords: Mothers; Bolsa Família Program; Schooling.

*O que pensam as mães de estudantes beneficiários do Programa Bolsa Família?
A escolarização em perspectiva*

Introdução

No decorrer do ano de 2019, desenvolvemos uma pesquisa voltada para a compreensão das percepções sociais a respeito do Programa Bolsa Família (PBF). O espaço geográfico contemplado pela pesquisa foi a cidade de Corumbá, localizada no estado de Mato Grosso do Sul, na fronteira do Brasil com a Bolívia. Nesta cidade, identificamos duas escolas que apresentavam alta concentração de estudantes beneficiados pelo PBF e direcionamos nossa atenção para os estudantes matriculados no primeiro ano do Ensino Médio. A seleção do público alvo não foi aleatória: os dados estatísticos indicam uma disparidade entre o número de beneficiários pelo PBF matriculados nos primeiros anos do Ensino Fundamental e os que avançam para o Ensino Médio. Dentro de um sistema de ensino público com altos índices de evasão e reprovação, como é o sistema brasileiro, o ingresso no Ensino Médio representa um avanço importante no processo de escolarização de estudantes procedentes de famílias pobres ou em situação de vulnerabilidade social.

O PBF foi criado em 2003 e sancionado pela Lei n. 10.836/2004, com regulamentação promulgada pelo Decreto n. 5.209/2004. Este programa de transferência condicionada de renda é resultado da união de diversos programas federais que começaram a surgir desde a Constituição Federal de 1988, com o intuito de distribuir renda para famílias em situação de vulnerabilidade social. Seu diferencial está no objetivo de interromper o ciclo intergeracional de pobreza a partir da centralidade no acesso a serviços de saúde e educação às camadas menos favorecidas.

As pesquisas desenvolvidas nas últimas décadas, a respeito da escolarização no Brasil, ressaltam a tendência de crescimento no número de estudantes atendidos pela rede pública de Educação Básica (IBGE, 2019). Este crescimento, apesar de insuficiente para as demandas da sociedade brasileira e de apresentar acentuadas disparidades regionais, oportunizou maior inserção dos pobres no ensino escolar (PRADO, 2019). Num contexto mais recente, a implantação do PBF, efetivada em 2004, possibilitou a concessão de um benefício para famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza, e, conseqüentemente, criou uma conjuntura mais favorável para a escolarização dos pobres no Brasil. A expansão na oferta de matrículas e a transferência de renda por meio do PBF são dois fenômenos importantes para compreensão do aumento na presença dos pobres no sistema de ensino público brasileiro. Sem desconsiderarmos a importância destes dois fenômenos – que pela

sua natureza se caracterizam como políticas planejadas e administradas pelo poder público –, propomos explorar, no espaço deste artigo, um aspecto específico da escolarização dos pobres no Brasil contemporâneo: as estratégias adotadas pelas famílias de baixa renda para oportunizar o sucesso dos filhos na trajetória escolar.

O tema que selecionamos nos aproximamos da Sociologia da Educação e das pesquisas que este campo de estudo desenvolveu ao longo das últimas décadas. Como demonstrou Nogueira (1990), o interesse dos sociólogos pela educação ganhou forma inicial na Europa e nos Estados Unidos do pós-guerra. Nas décadas de 1950 e 1960, europeus e norte-americanos promoveram uma rápida expansão do acesso ao ensino escolar e produziram pesquisas para compreender as relações que as famílias pobres estabeleciam com a escola. Nos primeiros decênios do pós-guerra, a difusão da Teoria do Capital Humano e o desempenho positivo da economia internacional fomentaram um clima de otimismo a respeito do papel do ensino escolar na superação das desigualdades econômicas. No entanto, no começo da década de 1970, o otimismo se desfez e foi substituído por uma interpretação mais crítica do sistema escolar. Foi neste contexto que a Teoria da Reprodução, cujos expoentes foram Bourdieu e Passeron (1970), ganhou forma inicial e exerceu grande influência na Sociologia da Educação.

A ideia de que a escola reproduz as desigualdades do sistema capitalista por meio da valorização e imposição de conteúdos e saberes que não fazem parte da realidade das camadas sociais populares, proposta pela Teoria da Reprodução, encontrou adeptos e foi difundida para diferentes países do mundo. Numa fase mais recente, a Sociologia da Educação questionou a visão homogênea da educação escolar, discutiu o efeito do capital cultural no desempenho dos estudantes e buscou compreender fatores que provocavam trajetórias escolares diferenciadas entre sujeitos que pertenciam a mesma classe social (DERQUET, 2002). Evitando generalizações na explicação das desigualdades, os sociólogos constataram que existem experiências de fracasso escolar entre estudantes de classes econômicas mais favorecidas, e, no sentido inverso, existem experiências de sucesso escolar entre estudantes de classes populares.

Nesta nova etapa da Sociologia da Educação, Lahire (2004) se tornou uma referência para os estudos que tratam do sucesso escolar entre os populares. Crítico de uma

O que pensam as mães de estudantes beneficiários do Programa Bolsa Família?

A escolarização em perspectiva

concepção simplificada de sucesso escolar, o autor reconhece que o incentivo familiar no desempenho escolar dos estudantes populares é um fator importante, mas ressalta outras variáveis que podem influenciar nos casos de sucesso, como por exemplo: o projeto escolar, a especialização profissional dos pais e o envolvimento das famílias com a militância religiosa, sindical ou política (LAHIRE, 2004).

O estudo que realizamos com as mães de beneficiários do PBF em Corumbá apresenta semelhanças com a pesquisa desenvolvida por Lahire com famílias populares na França. Com as ressalvas de que não usamos a categoria “sucesso escolar” como centro da análise, não elaboramos “perfis sociais” para os entrevistados e analisamos o fenômeno a partir da realidade brasileira.

Nos seus aspectos gerais, nosso estudo também apresenta similaridade com a pesquisa realizada por Walquíria Leão Rego e Alessandro Pinzani, autores da obra “Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania”. Nesta, os pesquisadores argumentam que a opção epistemológica de “ouvir os pobres” implica na valorização da dignidade destes sujeitos e apresentam uma interessante reflexão sobre as relações entre o PBF, a situação dos beneficiários e o exercício da cidadania (REGO; PINZANI, 2013). Os dados analisados por Rego e Pinzani ressaltam que o benefício do PBF, mesmo quando usado para atender necessidades do coletivo familiar, impacta no comportamento das mães beneficiárias, na medida em que possibilita novas práticas de consumo e reforça a contribuição das mulheres no orçamento doméstico.

Instigados pela obra de Rego e Pinzani, optamos por desenvolver uma pesquisa capaz de explorar a percepção das mães beneficiárias sobre o PBF, na cidade de Corumbá (MS). Para assegurar a viabilidade metodológica da pesquisa, selecionamos um conjunto de mães beneficiárias que atendiam aos seguintes critérios: (i) pertencer a unidades familiares em situação de pobreza ou pobreza extrema; (ii) ser responsável pelo recebimento do benefício social mensalmente concedido pelo Programa Bolsa Família e (iii) ser mãe de estudante matriculado no 1º ano do Ensino Médio de uma das duas escolas que mais recebem beneficiários do PBF na respectiva cidade.

Enviamos o convite de participação na pesquisa por intermédio de todos os 52 estudantes participantes do PBF que frequentavam as 11 salas de 1º ano do Ensino Médio das

escolas selecionadas. Foram 17 as mães que concordaram em participar das entrevistas, que foram gravadas, integralmente transcritas e submetidas à análise temática.

Para resguardar a identidade das participantes, as falas inseridas no texto, extraídas das entrevistadas, serão referenciadas pela ordem numérica de 1 a 17, sendo o número antecedido da palavra “MÃE” (escrita em letra maiúscula). Consideramos oportuno ressaltar que as mães aceitaram participar da pesquisa mediante assinatura de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e concederam as entrevistas nos seus domicílios.

Interpretações sobre o papel das mães no PBF

O papel das mães no PBF foi analisado por diversos autores, dentre os quais destacamos Mariano e Carloto (2009), Carloto (2012), Rego e Pinzani (2013), Cruz (2013) e Mariano e Souza (2015), dentre outros. Nessa direção, consideramos ser pertinente abordar, ainda que de forma sucinta, algumas interpretações produzidas pela academia a respeito das intencionalidades e consequências da concessão do benefício do PBF para mães de famílias em situação de pobreza ou pobreza extrema.

Em primeiro lugar, importa reconhecermos que existe uma interessante discussão acadêmica sobre as intencionalidades – explícitas ou implícitas – dos Programas de Transferência Condicionada de Renda (PTCR) implantados em países latino-americanos no transcurso das últimas décadas. Dentre os diversos PTCR criados no âmbito da América Latina, os mais conhecidos são o Programa Oportunidades (implantado pelo México em 2002), o Bolsa Família (implantado pelo Brasil em 2004), o Asignación Universal por Hijo (implantado pela Argentina em 2009) e o Programa Chile Solidario (implantado em 2002).ⁱ Apesar de apresentarem formas diferenciadas de execução, os PTCR foram inspirados em proposições feitas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Banco Mundial (BM). Diante da retração econômica internacional, do crescente endividamento dos Estados latino americanos e dos sinais de agravamento das tensões sociais, os organismos internacionais recomendaram a adoção de programas de assistência social setorizados. A recomendação era justificada pelas limitações orçamentárias dos Estados latino americanos e pela necessidade de reduzir o impacto da pobreza nos setores socialmente mais vulneráveis.

O que pensam as mães de estudantes beneficiários do Programa Bolsa Família?

A escolarização em perspectiva

Considerando que a transferência condicionada de renda para segmentos específicos da população pobre implica na seletividade do público atendido pelos recursos públicos, Dallmann (2015) analisou a hipótese do PBF ser uma prática de medicalização da pobreza e um dispositivo biopolítico de controle familiar. O autor não faz uma objeção à concessão do benefício para as famílias em situação de vulnerabilidade social, mas ressalta que a escolha dos beneficiários, a definição do valor concedido, a fixação das condicionalidades e o monitoramento dos resultados são produtos de relações de poder entre a sociedade e o Estado. A hipótese analisada por Dallmann apresenta semelhança com a interpretação formulada por Bernard (2003) a respeito da politização da pobreza. Segundo este autor, na transição do século XX para o XXI, a mensuração das variáveis da pobreza e a redução dos seus impactos se tornaram prioridades no discurso e nas ações das autoridades políticas.

A questão da concessão da titularidade do benefício para as mães de famílias pobres também é um assunto que suscita discussões entre os pesquisadores que tratam dos PTRC. Alguns autores consideram que a concessão transfere para as mulheres responsabilidades que deveriam ser divididas entre pais e mães (MARIANO; CARLOTO, 2009; CRUZ, 2013). Outros apontam para o risco de o benefício dificultar – ou mesmo impedir – a inserção das mães beneficiárias no mercado de trabalho (MARIANO; SOUZA, 2015). Melo e Bandeira (2005, p. 16) afirmam que a pobreza impacta de forma diferenciada nas mulheres porque elas, geralmente, são sobrecarregadas com tarefas domésticas e o cuidado com os filhos. Eger e Damo (2014), a partir de um estudo etnográfico realizado na região metropolitana de Porto Alegre, constataram a construção de três significados sociais distintos para o benefício: “dinheiro das mulheres e para mulheres; dinheiro das crianças e para as crianças; dinheiro interdito e vergonhoso para os homens” (EGER, DAMO, 2014, p. 251). Dallmann (2015, p. 50), por sua vez, ressalta o fato de que as condicionalidades “têm forte apelo feminino, tais como, pré-natal, vacinação e acompanhamento da saúde da mulher no mínimo até os 44 anos de idade, etc.”

Os autores supramencionados não ignoram que o PBF, de forma direta ou indireta, também favorece as mães das famílias atendidas. O favorecimento se efetiva de diferentes formas: ganhos na alimentação, acompanhamento médico mais frequente, redução de riscos na gestação e no período puerpério, maior participação nos gastos domésticos e menor dependência da renda do cônjuge. Este último aspecto pode ser interpretado como

um tipo de empoderamento femininoⁱⁱ. Contudo, a dimensão deste empoderamento não deve ser superestimada porque uma parte expressiva da energia das mães de famílias beneficiárias é direcionada para o cuidado com a saúde e a educação dos filhos. Neste sentido, concordamos com Williams (2014, p. 29) quando a autora afirma que o empoderamento focado exclusivamente nas mães

é quase nenhum, visto que a elas não são dadas alternativas reais de melhora nas condições de sua própria vida, de seu futuro, de seu trabalho. Elas usufruem dos benefícios do programa enquanto estão trabalhando para mudar a realidade de seus filhos e se esforçando para mantê-los nas escolas, saudáveis e bem alimentados.

Cientes da ausência de um consenso sobre os efeitos do PBF na qualidade de vida das mães beneficiárias, e sem perder de vista que um volume expressivo de famílias atendidas pelo PBF são monoparentais e sustentadas por mulheres, realizamos entrevistas semiestruturadas com 17 mães de estudantes do primeiro ano do Ensino Médio para saber o que pensam a respeito do PBF e da trajetória escolar de seus filhos. Na sequência do artigo, apresentamos quatro temas contemplados pelas entrevistas. São eles: (1) os critérios usados pelas mães na escolha da Escola de Ensino Médio para o/a(s) filho/a(s); (2) o acompanhamento do rendimento escolar do/a(s) filho/a(s); (3) a percepção sobre a importância do PBF para a escolarização dos beneficiários; (4) as expectativas das mães sobre a continuidade dos estudos do/a(s) filho/a(s).

Tema 1: a escolha da escola de Ensino Médio

Quando inserimos no roteiro da entrevista uma questão sobre o critério de escolha da escola para o curso do Ensino Médio, nosso objetivo foi compreender melhor como as famílias de beneficiários do PBF contempladas pela pesquisa conduziam o importante momento de inserção do adolescente no Ensino Médio.

Cientes de que as famílias de baixa renda consideram importante o ingresso de um membro no Ensino Médio, e, refutando a ideia simplista de que as escolas públicas de uma mesma rede são todas iguais, optamos em propor para as mães dos beneficiários do PBF de Corumbá a seguinte pergunta: “Qual foi o critério para escolha da escola que o seu filho atualmente frequenta?”ⁱⁱⁱ

*O que pensam as mães de estudantes beneficiários do Programa Bolsa Família?
A escolarização em perspectiva*

Do conjunto de 17 mães entrevistadas, apenas quatro responderam que o critério foi a proximidade da escola. Fato que merece uma breve reflexão: no senso comum existe a ideia de que o zoneamento escolar adotado para concessão de matrículas na rede pública determina o destino dos alunos da Educação Básica. Possivelmente, o fator zoneamento tenha maior influência na matrícula de alunos da Educação Infantil e das séries iniciais do Ensino Fundamental. No entanto, no caso do Ensino Médio, a possibilidade do estudante se deslocar para escolas mais distantes da sua residência diminui essa influência.

Uma vez que constatamos que a proximidade – e a conseqüente facilidade no deslocamento do aluno – não foi o critério determinante, buscamos encontrar nas respostas outras pistas para a interpretação do assunto.

Localizamos quatro mães que relacionaram a escolha às qualidades da instituição de Ensino Médio na qual matricularam seus filhos. Neste caso, as respostas registram aspectos como “segurança”, “pontualidade”, “disciplina”, “exigência do uniforme” e oferta de projetos complementares. Uma das mães não fez elogios à escola na qual seu filho estava cursando o Ensino Médio, mas fez uma crítica à escola anterior – crítica que nos permite inferir que ela também usou um parâmetro de qualidade para escolher onde deveria matricular o filho.

Duas das mães responderam que foi preciso escolher porque as escolas que atenderam os seus filhos no Ensino Fundamental não oferecem o Ensino Médio. Nestas duas respostas, não foi possível observar sinais de preocupação com o diferencial de ensino existente entre as instituições de Ensino Médio de Corumbá.

Completando a análise desta questão, três mães afirmaram que a escolha foi influenciada pela preocupação com o envolvimento dos filhos em situações de violência e *bullying* nas escolas que frequentaram antes de ingresso no Ensino Médio. Trata-se de um número expressivamente pequeno dentro do conjunto das 17 entrevistas. No entanto, ele oferece subsídios para abordar, ainda que de forma superficial, o problema da violência no ambiente escolar. Os três casos destacados neste parágrafo são distintos: (i) temos um caso de *bullying* sofrido por uma menina que foi desrespeitada por ser filha de bolivianos – fato que gerou um quadro depressivo na estudante; (ii) o caso de uma mãe que transferiu o filho de escolha por causa das brigas e da ameaça de morte que ele recebeu; e (iii) o caso de uma

mãe que viu na internet, vídeos de brigas numa determinada escola de Ensino Médio de Corumbá e optou por não matricular sua filha nesta instituição de ensino.

A preocupação com a violência escolar não é um assunto de pouca importância. Chaves e Souza (2018) asseveram que a violência escolar figura como um problema social de ampla gravidade e complexidade, especialmente por ser a escola um espaço destinado à construção de conhecimentos que promovam a civilidade e o desenvolvimento pessoal, além de formação para o trabalho – aspectos que contrastam com situações de violência. Em geral, os pais esperam que a escola incentive e desenvolva as habilidades cognitivas dos filhos, assegurando o acesso ao saber científico, à cultura e ao esporte; e, simultaneamente, esperam que o ambiente escolar adote regras expressas nos termos “pontualidade”, “disciplina” e “exigência do uniforme”.

Tema 2: acompanhamento do rendimento escolar

O conceito de rendimento escolar é amplo e contempla aspectos como frequência do aluno às aulas, desempenho nas atividades diárias, desenvolvimento gradual de habilidades (cognitivas, físicas e emocionais), desempenho nas avaliações e o resultado anual que é definido pela aprovação ou reprovação.

Quando relacionado ao PBF, o aspecto da frequência escolar ganha relevância, tanto para os pais dos beneficiários, quanto para o governo e para os funcionários públicos envolvidos no monitoramento desta variável.

As famílias beneficiadas sabem que o não cumprimento da condicionalidade da frequência escolar implica no risco de suspensão do benefício.^{iv} Elas também sabem que a ocorrência das faltas na escola pode resultar num contato indesejado por parte da direção da escola ou de responsáveis pelo Serviço de Assistência Social da cidade. Nestas condições, era previsível que todas as entrevistadas respondessem de forma assertiva para a pergunta: “Você acompanha o desempenho escolar do seu filho?” Mesmo prevendo a resposta, a pergunta foi inserida nas entrevistas para viabilizar a continuidade do diálogo e preparar a apresentação da seguinte questão: “Como você faz este acompanhamento?” A seguir, apresentamos dados sobre a segunda questão.

*O que pensam as mães de estudantes beneficiários do Programa Bolsa Família?
A escolarização em perspectiva*

Do conjunto de 17 mães entrevistadas, quatro formularam respostas que indicam uma concepção simples do que seria o acompanhamento do rendimento escolar do filho, com ênfase na vigilância e contato direto com a escola. Vejamos o que elas responderam: (i) “[...] fico em cima deles [...].” (MÃE 3, 2019); (ii) “Vou à escola, converso com os professores.” (MÃE 5, 2019); (iii) “Acompanho, vou lá. Tudo que acontece, como é que tá”. (MÃE 8, 2019); (iv) “Sempre eu tô indo lá para pegar boletim e reunião.” (MÃE 7, 2019).

Duas das mães relacionaram a pergunta com o ato de buscar e levar o filho à escola. Num primeiro momento, estranhamos estas respostas. Posteriormente, constatamos que a preocupação com a segurança dos filhos durante o deslocamento – sobretudo das meninas – foi registrada na fala das mães. Neste sentido, o cuidado dos pais com a segurança dos filhos apontou para um elemento não previsto pelos proponentes da entrevista, e, ao mesmo tempo, sinalizou um aspecto pouco explorado pelas pesquisas na área da Educação.

A maior parte das entrevistas formulou respostas que indicam uma concepção mais elaborada sobre o que seria acompanhar o rendimento dos filhos. A mãe número 11 afirmou que além de conferir o caderno, acompanha o calendário de prova e orienta a filha para a necessidade de estudar com antecedência e de ser “pontual”.^v

A mãe número 6 respondeu que diariamente olha os cadernos, conversa sobre os conteúdos estudados e confere as provas do filho, e, quando possível, paga Internet para que eles estudem pelo celular. Com outras palavras, a mãe número 17 respondeu algo semelhante ao afirmar que:

Eu olho todos dias o caderno dela, ela mostra as provas. Como agora estamos iniciando ainda o ano delas, ela mostra “mãe fiz isso, assim assado”, eu olho, “ah o que é que você fez?” [...]. Eu olho e acompanho. “Mãe empresta o telefone que eu tenho trabalho”; eu empresto, acompanho também, vejo o que é, isso aí também. É importante eu ficar de olho (MÃE 17, 2019).

É interessante observarmos a importância atribuída pelas mães 6 e 17 para o uso da Internet no celular como recurso de estudo. No entanto, a presença destas novas tecnologias no cotidiano dos filhos também provoca preocupação de algumas mães. Na nossa pesquisa, a mãe identificada pelo número 16 expressou a preocupação da seguinte forma:

Ela [a filha] fica muito no celular; mais ainda na internet; às vezes com amigos, às vezes com joguinho. Aí eu tô assistindo, já brigo com ela: “vamos parar com

esse negócio de celular aí, que não vai dar futuro para você não”. (MÃE 16, 2019).

A citação destacada acima, apesar de ser uma fala singular no conjunto das entrevistas, nos permite inferir que nem todas as famílias de baixa renda percebem o uso do celular e da Internet como algo benéfico para o desempenho escolar das crianças e adolescentes. Estamos cientes de que este não é um assunto consensual. Contudo, acreditamos que ele demanda mais atenção da parte dos profissionais da educação e também dos gestores públicos.

Tema 3: o PBF e a escolarização

Buscando construir outras perspectivas de interpretação para o PBF, incluímos no roteiro de entrevista realizada com as mães de beneficiários uma pergunta a respeito da importância do programa para a escolarização do(s) filho(s). Nossa intenção com esta pergunta era compreender como as mães percebiam a relação entre o ensino escolar e o benefício, e, por inferência, saber que importância elas atribuíam para o PBF.

A pergunta foi respondida por 15 das mães entrevistadas. Destas, apenas duas expressaram uma opinião negativa a respeito do PBF. A mãe número 12 respondeu que o PBF “não ajuda” porque o preço das coisas é muito caro. A número 11 também considerou insuficiente o valor do benefício e expressou insatisfação com o preço do material escolar e de itens de higiene necessários para um estudante. Quantitativamente, as respostas de opinião negativa foram minoritárias. No entanto, elas destacam um aspecto relevante nas discussões sobre o PBF na medida em que registram a percepção das mães sobre a disparidade entre o valor do benefício e o custo despendido pela família para manter o(a) filho(a) na escola.

No conjunto das respostas positivas encontramos graus variados de positividade do PBF. A mãe número 5 foi sucinta na resposta ao afirmar que o programa é importante porque “é um incentivo para estudar”. A mãe 14 foi moderada na sua resposta ao dizer que o benefício era importante porque assegurava a compra do gás consumido pela sua família. A número 17 informou ter usado o recurso para comprar remédios e, por isso, reconheceu sua importância. A mãe número 13, por sua vez, respondeu a partir da sua condição de empregada doméstica diarista e afirmou que o benefício do PBF era a única renda fixa com a

O que pensam as mães de estudantes beneficiários do Programa Bolsa Família?

A escolarização em perspectiva

qual ela podia contar. A número 9 disse usar o dinheiro para pagar a luz da sua residência, enquanto as mães número 1 e 7 reconheceram a importância do benefício para a compra de calçados e roupas para os seus filhos.

Um tipo de positividade mais elaborada sobre o PBF pode ser observado na fala da mãe número 6. Depois de informar que estava “separada” do pai dos seus filhos e que este não ajudava no sustento das crianças, ela narrou sua situação da seguinte forma:

Actualmente yo tengo três filhos, una de sete, uma menina de nove e um bebê de um ano e oito meses, [...] o Bolsa Família me ajuda muito. Como mãe sozinha eu me viro. Faço aqui um bico, faço um bico a lá. Mas não deixo faltar o pão de cada dia dos meus filhos. O Bolsa Família, especialmente, me ajuda muito. [...] porque a gente paga a energia, a luz (que está tão cara, né); e o restante a água e depois a comida (MÃE 6, 2019).^{vi}

A leitura da citação acima nos permite inferir que a percepção sobre a importância do PBF não pode ser dissociada da situação financeira e da composição familiar, e, conseqüentemente, a ideia de que todos os beneficiários percebem o PBF da mesma forma, deve ser refutada. No caso da mãe número 6, a ausência do pai (ausência física e também financeira) e a quantidade de filhos na unidade familiar aumentam expressivamente a dependência da família do benefício. Observamos outro exemplo da relação entre a situação financeira do beneficiário e a positividade do benefício na resposta da mãe número 16, destacada na citação abaixo.

[...] sem esse Bolsa Família eu não sei o que faria. No momento eu tô pra fazer três anos desempregada. No momento quem está ajudando a gente aqui é o meu irmão, [...], eu pago a luz, a minha mãe ajuda a pagar a água, e assim vai indo [...]. Então isso aí é a única renda que eu tenho [...]. (MÃE 16, 2019)

As palavras da mãe número 16, além de ressaltarem a importância do PBF para o enfrentamento da pobreza, destacam a existência de vínculos de solidariedade familiar que permitem amenizar as adversidades decorrentes da insuficiência – ou inexistência – de uma renda financeira capaz de assegurar os gastos básicos. Acreditamos que a capacidade de os pobres articularem redes de auxílio baseadas em vínculos familiares e/ou em vínculos de amizade é um fenômeno social que demanda maior atenção dos pesquisadores, e sobretudo, daqueles pesquisadores interessados no comportamento social das pessoas em situação de pobreza.

Na percepção das mães, apesar do PBF ter uma reconhecida importância no orçamento familiar, ele não é o principal motivo de interesse das famílias pela presença dos filhos na escola. Neste sentido, importa ressaltar que as mães expressam ciência de que manter os adolescentes estudando num contexto de pobreza é difícil e demanda um esforço dos adultos e do próprio estudante.

Tema 4: expectativas sobre os estudos dos filhos

Dentre as perguntas feitas para o grupo de mães de beneficiárias do PBF contemplado pela pesquisa, uma das mais interessantes é a que trata das expectativas que elas possuem sobre o futuro dos filhos nos estudos.

O que nos motivou pela inclusão da pergunta na entrevista foi a possibilidade de explorar, dentro do contexto da escolarização de adolescentes procedentes de famílias pobres na cidade de Corumbá, os conceitos de “espaço de experiência” e “horizontes de expectativas” formulados pelo historiador Reinhart Koselleck. Interessado nas relações entre passado, presente e futuro, e refletindo sobre a meta-história, Koselleck (2006) usou o conceito de “espaço de experiência” para referir-se ao conjunto de informações e aprendizados sobre o passado acumulado por uma determinada sociedade e usou o conceito de “horizonte de expectativas” como a projeção de futuro que a respectiva sociedade produz. Na perspectiva adotada por Koselleck, o passado exerce uma forte influência na percepção de mundo que os atores sociais possuem, mas não atua como um condicionante imutável do comportamento social porque ele coexiste com o trabalho de projeção do futuro. Nas palavras do autor:

Passado e futuro jamais chegam a coincidir, assim como uma expectativa jamais pode ser deduzida totalmente da experiência. Uma experiência, uma vez feita, está completa na medida em que suas causas são passadas, ao passo que a experiência futura, antecipada como expectativa, se decompõe em uma infinidade de momentos temporais (KOSELLECK, 2006, p. 310).

A reflexão de Koselleck oferece um subsídio teórico para analisarmos as respostas registradas na pesquisa para a seguinte pergunta: “Qual a sua expectativa a respeito dos estudos do seu filho?”

Diante de uma pergunta deste tipo era pouco provável que as respostas fossem homogêneas. E de fato, elas apresentaram um acentuado grau de diferenciação. No

O que pensam as mães de estudantes beneficiários do Programa Bolsa Família?

A escolarização em perspectiva

conjunto das respostas, identificamos quatro mães que foram econômicas com as palavras e simplesmente expressaram um desejo de que os filhos prosseguissem os estudos (mães 2, 9, 10 e 12). A economia de palavras observada neste subgrupo é um indicativo de que elas possuem um “horizonte de expectativas” fortemente influenciado pelas suas experiências como mulheres que abandonaram precocemente os estudos e que enfrentam adversidades econômicas para assegurar o sustento da família.

Uma das entrevistadas (mãe número 3) respondeu sem falar sobre o futuro. Usando o verbo no presente, ela afirmou que incentiva os filhos para que participem dos projetos oferecidos pela Escola. Nesta resposta, inferimos que a mãe não fez nem uma projeção de futuro por estar absolutamente concentrada no momento atual dos filhos. Fato que é compreensível para famílias que se sustentam com baixa renda e que precisam organizar suas vidas respondendo às adversidades e contingências da pobreza.

A necessidade de estratégias que possam oferecer retorno financeiro rápido para a família pode ser observada na preocupação das mães com o envolvimento do/a(s) filho/a(s) em cursos profissionalizantes. No entanto, a intenção de inserção do/a(s) filho/a(s) em curso profissionalizantes ou em projetos educativos voltados para a inserção no mercado de trabalho, foi expressa somente por quatro das mães entrevistadas. Numa destas respostas, percebemos uma distinção entre o desejo da mãe, que gostaria de ver o filho fazendo a faculdade, e a preferência do adolescente por um curso profissionalizante (mãe número 4). E, neste caso, acrescenta-se, a mãe expressou preocupação porque o curso é pago e a sua renda financeira é insuficiente.

Analisando o conjunto das entrevistas, e sem perder de vista que as mães entrevistadas possuem um histórico de baixa escolaridade e que pertencem a famílias com baixa renda per capita, é fácil perceber que o “campo da experiência” – e entenda-se aqui, experiência de convívio com as adversidades econômicas – tem sido mais forte do que as projeções de futuro.

Contrariando o “horizonte de expectativas” curto que predominou nas respostas, importa ressaltarmos que quatro entrevistadas elaboraram projeções mais otimistas para os estudos de seus filhos. Uma destas mães disse que a filha deseja fazer enfermagem e ingressar “na Marinha como profissional” (MÃE 6, 2019); outra disse que a filha deseja ser

Arquiteta e que tem se dedicado com seriedade ao estudo da Matemática (MÃE 7, 2019); a terceira que expressou otimismo disse que a filha deseja fazer Veterinária e que terá o apoio da família (MÃE 12, 2019). E, a quarta, por sua vez, relatou que o desejo da filha é ser médica e que ela acredita no potencial da estudante (MÃE 13, 2019). Um aspecto em comum nestas quatro respostas é que o desejo das mães está em sintonia com os desejos dos filhos, o que demonstra haver um diálogo no ambiente familiar a respeito das escolhas profissionais e das estratégias necessárias para alcançá-las.

Sinteticamente, os resultados da pesquisa revelam a presença de preocupações com os estudos dos(as) filhos(as), seja pela qualidade da educação ofertada, seja pela segurança dos que frequentam a instituição escolar (o que também tem relação com a qualidade educacional), bem como expressam preocupações referente ao uso que fazem do tempo fora da escola. As mães enfrentam as dificuldades de subsistência familiar sem abrir mão da escolarização dos(as) filhos(as), a qual é valorizada e incentivada por elas e outros entes familiares. Essas constatações podem estar ligadas ao desejo de rompimento do ciclo intergeracional da pobreza, ainda que as expectativas da maioria delas sejam modestas. De acordo com Arroyo (2010; 2015), a educação é compreendida como uma das principais maneiras de superação das desigualdades sociais, em decorrência da interpretação de que a empregabilidade é certa para os que estudam, a qual, por sua vez, reduz as disparidades. Porém, o autor adverte que a perpétua manutenção de contingentes populacionais em situação de pobreza não se dá de forma ingênua e quando há uma crise na mediação do trabalho, as desigualdades se acentuam. Trata-se da “forma mais perversa de fazê-los permanecer na condição de inferiores, oprimidos, em desigualdade de acesso a direitos sociais, políticos e econômicos” (ARROYO, 2015, p. 17). Nesse sentido, Prado (2019) salienta a frequente resignação entre os que vivem sob os efeitos da pobreza e evitam se queixar das condições existenciais, expressando positividade e atribuindo responsabilidades “à vontade de Deus”. Nessa direção, apesar de desejarem a continuidade dos estudos dos(as) filhos(as), a maior parte das mães entrevistadas manifestou um “horizonte de expectativas” bastante curto. Essas expectativas apresentam similaridade com os resultados da pesquisa de Arruda (2017), que ao analisar percepções de mães de beneficiários, constatou que elas concebem qualidade de vida como a possibilidade de satisfação das necessidades básicas de

O que pensam as mães de estudantes beneficiários do Programa Bolsa Família?

A escolarização em perspectiva

subsistência, sobretudo, alimentação e moradia, aspectos nos quais depositam seus sonhos e expectativas.

Considerações finais

O estudo que originou o presente artigo buscou interpretar as percepções de um conjunto de 17 mães de estudantes beneficiários do Programa Bolsa Família, residentes na cidade de Corumbá (MS). Estas mães, em 2019, possuíam filho/a(s) matriculado/a(s) no primeiro ano do Ensino Médio, na respectiva cidade. O conjunto analisado é pequeno, sobretudo, se considerarmos que 52 mães foram convidadas para participarem da pesquisa. Cogitamos a hipótese de que a baixa aceitação do convite tenha relação com a realização da entrevista no domicílio da família beneficiada. Outra hipótese é que a proposta da pesquisa tenha gerado, em algumas famílias, o receio da perda do benefício, e, conseqüentemente, motivado a recusa do convite. De todo modo, 17 mães aceitaram participar da pesquisa e foram entrevistadas em suas residências.

Estamos cientes de que o enfoque do estudo, a sua construção metodológica e o pequeno número de mães entrevistadas não permitem a generalização das informações coletadas. Contudo, acreditamos que a pesquisa produziu resultados positivos na medida em que possibilitou a escuta de um segmento social diretamente envolvido com a operacionalização do PBF. Este segmento, na sua quase totalidade, é composto por mulheres com baixa escolaridade que encontram dificuldades para se inserirem na economia formal. Para estas mulheres – genericamente identificadas no nosso estudo como mães de famílias beneficiadas –, o cuidado com os filhos e as tarefas domésticas do cotidiano ocupam a maior parte do tempo. Ainda assim, algumas encontram força para prosseguir nos estudos e, quando possível, exercem atividades remuneradas para contribuir com o orçamento familiar, geralmente, na condição de domésticas diaristas.

No transcurso da pesquisa, as mães relataram as adversidades que enfrentam para assegurar a permanência do(s) filho(s) na escola e ressaltaram a importância do benefício concedido pelo PBF para a manutenção dos gastos familiares. A partir dos relatos, identificamos uma diversidade de usos do recurso transferido para as mães: pagamento das taxas de água e luz, compra do gás; compra de alimentos; pagamento da Internet; compra

de roupas, calçados e material escolar; transporte para o/a(s) filho/a(s); gastos com saúde e pagamento do aluguel foram alguns tipos de uso do benefício relatados nas entrevistas como de importância para a escolarização do/a(s) filho/a(s). Neste aspecto, convém lembramos que o PBF não estabelece restrições quanto ao destino do benefício. Suas prioridades consistem em mitigar os efeitos da pobreza, criando condições para a superação do ciclo geracional de reprodução das desigualdades sociais.

Na bibliografia consultada, existem diversos autores que identificam o aumento no consumo familiar como um dos efeitos mais expressivos do PBF (SOARES; RIBAS; OSÓRIO, 2007; PIRES, 2013). Nosso estudo não desconsidera a importância deste aspecto. No entanto, ao priorizarmos a percepção das mães beneficiárias a respeito do PBF e ao inserirmos no roteiro das entrevistas questões relacionadas à escolarização dos filhos, exploramos outras possibilidades de reflexão sobre o tema, dentre as quais ressaltamos: a positividade da condicionalidade de frequência escolar imposta aos beneficiários; a existência de múltiplas formas de acompanhamento do rendimento escolar do/a(s) filho/a(s); e a projeção de “horizontes de expectativas” distintos entre as entrevistadas.

A realização das entrevistas também permitiu identificar três assuntos que excedem o âmbito do PBF e, no nosso entendimento, demandam maior atenção dos pesquisadores, gestores públicos e profissionais da educação. São eles: (1) a preocupação das famílias beneficiárias com a segurança do/a(s) filho/a(s), dentro e fora da escola; (2) a necessidade de gastos com o serviço da Internet – serviço cada vez mais importante para as atividades escolares; e (3) a existência de vínculos de solidariedade familiar por meio dos quais os pobres suprem uma parte das suas necessidades de subsistência.

Referências

ARROYO, Miguel G. Políticas educacionais e desigualdades: à procura de novos significados. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1381-1416, out./dez. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/WGyPfcRb7yFJPmFsj5pSxPx/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 fev. 2021.

ARROYO, Miguel G. Módulo Introdutório – Pobreza, Desigualdades e Educação. In: BRASIL. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Curso de Especialização Educação Pobreza e Desigualdade Social**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2015. Disponível em: <http://egpbf.mec.gov.br/#mod>. Acesso em: 07 set. 2021.

*O que pensam as mães de estudantes beneficiários do Programa Bolsa Família?
A escolarização em perspectiva*

ARRUDA, Poliana Aparecida. **Programa Bolsa Família sobre o olhar dos beneficiários de um município do interior de São Paulo**. Dissertação Mestrado em Saúde, Interdisciplinaridade e Reabilitação. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

BERNARD, François. **O governo da pobreza**. Picada Café, RS: Nova Harmonia, 2003.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **La reproduction: Éléments pour une théorie du système d'enseignement**. Paris: Minuit, 1970.

CARLOTO, Cássia Maria. Condicionalidades nos Programas de Transferência de Renda e Autonomia das Mulheres. **Sociedade em Debate**, v. 18, n. 2, p. 121-130, 2012. Disponível em <https://revistas.ucpel.edu.br/rsd/article/view/764>. Acesso em 21 jun. 2021.

CHAVES, Denise Raissa Lobato; SOUZA, Maurício Rodrigues de. Bullying e preconceito: a atualidade da barbárie. **Revista Brasileira De Educação**, v. 23, p. 1413-2478, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/XMxfvLgnkJ7s8jQ8v9sSmjw/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 nov. 2022.

CRUZ, Luciana Ramirez da. **As portas do Programa Bolsa Família: vozes das mulheres beneficiárias do município de Santo Antonio do Pinhal/SP**. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

DALLMANN; João Matheus Acosta. **Medicalização da pobreza ou a pobreza condicionada: Um estudo sobre o Programa Bolsa Família**. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

DEERE, Carmem Diana; LEON, Magdalena. **O Empoderamento da Mulher: direitos à terra e direitos à propriedade na América Latina**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.

DEROUET, Jean-Louis. A sociologia das desigualdades em educação posta à prova pela segunda explosão escolar: deslocamento dos questionamentos e reinício da crítica. **Revista Brasileira de Educação**, n. 21, p. 5-21, 2002.

EGER, Talita Jabs; DAMO, Arlei Sander. Money and Morality in the Bolsa Família. **Vibrant**, 11 (1), p. 250-284, June 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vb/a/Sm3S5GhX3cT5SH5DBc5ScfF/abstract/?lang=en>. Acesso em: 05 nov. 2022.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2019**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

KABEER, Naila. Resources, Agency, Achievements: reflections on the measurement of women empowerment. **Development and Change**, v. 30, p. 435-464, 1999.

KOSELLECK; Reinhart. **Estratos do Tempo: Estudos sobre História**. Trad. Markus Hediger. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora PUC-RIO, 2014.

LAHIRE, Bernad. **Sucesso escolar nos meios populares: As razões do improvável**. Trad. Ramon Américo Vasques e Sonia Golfeder. São Paulo: Editora Ática, 2004.

MELO, Hildete Pereira; BANDEIRA, Lourdes. A Pobreza e as Políticas de Gênero no Brasil. **Unidad Mujer y Desarrollo**. Projecto Governabilidade Democrática e Igualdade de Gênero. Nações Unidas – CEPAL - Santiago de Chile, junho, 2005.

MARIANO, Silvana A.; CARLOTO, Cássia M. Gênero e combate à pobreza: Programa Bolsa Família. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v.17, n. 3, p. 901-908, set./dez., 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/8MqwKGBKhNYpn4C4gss5Rkm/?lang=pt>. Acesso em: 30 de set. 2021.

MARIANO; Silvana Aparecida; SOUZA, Márcio Ferreira de. Conciliação e tensões entre trabalho e família para mulheres titulares do Programa Bolsa Família. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 18, p. 147-177, set./dez. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/QZVZPxqvTdZttGvY3CRg8Sy/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 05 jun. 2021

NOGUEIRA, Maria Alice. A Sociologia da Educação do final dos anos 60 / início dos anos 70: o nascimento do Paradigma da Reprodução. **Em Aberto**, ano 9, n. 46, p. 48-59, abr. /jun. 1990.

PIRES, Flávia. Comida de criança e o Programa Bolsa Família: moralidade materna e consumo alimentar no semiárido. **Política & Trabalho**, n. 38, p. 123-135, 2013.

PRADO, Antonia Ieda de Souza. Pobreza, educação, cidadania e o Programa Bolsa Família: análise com suporte na especialização em educação, pobreza e desigualdade social da UFC no Ceará. In: FILHO, Irapuan Pixoto Lima; AGUIAR, Rafaela Silveira de (Orgs.). **Pobreza e educação: experiências do curso de especialização educação, pobreza e desigualdade social**. Campinas: Pontes, 2019.

REGO, Walquíria Leão; PINZANI, Alessandro. **Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania**. São Paulo: Ed. Unesp, 2013.

SOARES, Fábio Veras; RIBAS, Rafael Perez; OSÓRIO, Rafael Guerreiro. **Avaliando o Impacto do Programa Bolsa Família: uma Comparação com Programas de Transferência Condicionada de Renda de Outros Países**. Centro Internacional de Pobreza. IPEA/PNUD, 2007.

WILLIAMS, Priscila. O empoderamento feminino e as mulheres do programa Bolsa Família. **Revista Três Pontos**, v. 11, n. 1, p. 18-30, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistatrespontos/article/view/3274> Acesso em: 10 set. 2021.

Notas

ⁱ Segundo Dalmann (2015, p. 39): “Em 2014, a América Latina contava com pelo menos quatorze Programas similares de transferência de renda, cada um à sua maneira, mas, todos condicionados. Eram eles: Argentina (Plan Familias), Brasil (Bolsa Família), Chile (Chile Solidário), Colômbia (Familias em acción), Costa Rica (Superémonos), República Dominicana (Solidaridad), Equador (Bono de Desarrollo Humano), El Salvador (Red Solidaria), Honduras (Programa de Asignación Familiar), Jamaica (Programme of Advancement Through Health and Education), México (Oportunidades), Nicarágua (Red de Protección Social), Paraguai (Tekopora) e Peru (Juntos).”

ⁱⁱ Para uma introdução ao conceito de empoderamento e suas interconexões com a situação das mulheres na sociedade contemporânea, recomendamos o estudo de Kabber (1999) e Deere (1999).

ⁱⁱⁱ Consideramos pertinente informar ao leitor que as entrevistas foram semiestruturadas, ou seja, foram organizadas a partir de um roteiro temático que comportava certos ajustes, supressões ou acréscimos. No caso da pergunta sobre o critério de escolha da escola de Ensino Médio, o nome da escola onde o aluno estava matriculado foi incluído na fala do entrevistador. No texto, suprimimos esta informação.

^{iv} A condicionalidade exigida pelo PBF apresenta duas faixas mínimas de frequência: 85% para alunos de 6 a 15 anos, e 75% para alunos com 16 e 17 anos.

^v A preocupação desta mãe com a questão da pontualidade é muito interessante. Cabe ressaltar que no cotidiano escolar a pontualidade tem um duplo sentido: ela diz respeito a observação dos sinais de entrada e saída da sala, e também diz respeito a entrega das avaliações nas datas previamente acordadas.

^{vi} No ato de transcrição da entrevista optamos por manter as palavras procedentes da língua espanhola que foram pronunciadas pela entrevistada. Cabe ressaltar que Corumbá está localizada na fronteira com a Bolívia, e, conseqüentemente, o uso do idioma espanhol é recorrente na cidade.

Agradecimentos

O presente trabalho integrou o Curso de Aperfeiçoamento em Educação, Pobreza e Desigualdade Social (Versão Trajetórias Escolares), e foi realizado com apoio da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

Sobre os autores

Fabiano Quadros Rückert

Doutor em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) e Doutor em Patrimônio pela Universidade de Jaén (Espanha). É Professor Adjunto na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campus Pantanal, onde leciona no Curso de Licenciatura em História, no Programa de Pós-Graduação em Estudos Fronteiriços e no Programa de Pós-Graduação em Educação, do qual, atualmente, é coordenador.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0887-5851> E-mail: fabianoqr@yahoo.com.br

Bárbara Amaral Martins

Possui graduação em Pedagogia pelas Faculdades Integradas de Botucatu, especialização em Psicopedagogia pela Universidade do Sagrado Coração, mestrado em Educação pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" e doutorado em Educação pela mesma universidade, com sanduíche na Universidade do Minho - Portugal. É professora adjunta da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campus do Pantanal (CPAN), docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação - UFMS/CPAN e líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Inclusiva - GEPEI (UFMS/CPAN).

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4278-1661> E-mail: barbara.martins@ufms.br

Recebido em: 14/09/2021

Aceito para publicação em: 26/10/2021